

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Prezados Acionistas:** Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos Auditores Independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - (Em milhares de reais - R\$)				
ATIVO	Nota explicativa	2019		2018
		2019	2018	2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>11.944</b>	<b>4.355</b>	
Disponibilidades	6	540	2.221	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.521	2.018	
Carteira Própria		-	2.018	
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	4.351	2.018	
Operações de Arrendamento Mercantil	10	(5.990)	(11.554)	
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		219.799	277.918	
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(217.946)	(275.921)	
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		2.729	56.894	
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		(2.729)	(56.894)	
(-) Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa		(7.843)	(13.551)	
Outros Créditos	11	12.289	10.677	
Diversos	12a	12.289	10.679	
(-) Provisão para Operações de Outros Créditos sem Característica de Crédito		-	(2)	
Outros Valores e Bens		754	993	
Bens Não de Uso Próprio		-	280	
(-) Despesas Antecipadas		754	713	
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>98.933</b>	<b>63.300</b>	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		88.575	55.443	
Depósitos Interfinanceiros Ligados	7a	88.575	55.443	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		654	4.564	
Instrumentos Financeiros Derivativos	8	654	4.564	
Operações de Arrendamento Mercantil	10	(7.602)	(13.928)	
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		194.904	323.615	
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(194.904)	(323.615)	
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		-	2.574	
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		-	(2.574)	
(-) Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa		(7.602)	(13.928)	
Outros Créditos	11	16.425	16.106	
Diversos	12a	16.425	16.106	
Outros Valores e Bens		881	1.118	
Despesas Antecipadas		881	1.118	
<b>PERMANENTE</b>		<b>423.105</b>	<b>638.269</b>	
Imobilizado de Uso		221	338	
Outras Imobilizações de Uso		989	1.004	
(-) Depreciações Acumuladas		(768)	(666)	
Imobilizado de Arrendamento	13	422.731	637.714	
Bens Arrendados		828.827	1.106.502	
Superfícies de Depreciações	9 e 10a	110.279	170.967	
Perdas de Arrendamento a Amortizar		52.586	89.070	
(-) Depreciações Acumuladas		(547.183)	(677.291)	
(-) Amortização de Perdas de Arrendamento		(21.778)	(51.534)	
Intangível		153	217	
Licenças de Uso - Software		659	659	
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(506)	(442)	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>533.982</b>	<b>705.927</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	(Prejuízos) Lucros Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>134.398</b>	<b>377</b>	<b>-</b>	<b>(24.209)</b>	<b>110.566</b>
Plano de Pagamento Baseado em Ações	23	-	71	-	-	71
Lucro do Exercício		-	-	-	8.783	8.783
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>		<b>134.398</b>	<b>448</b>	<b>-</b>	<b>(15.426)</b>	<b>119.420</b>
Plano de Pagamento Baseado em Ações	23	-	46	-	-	46
Lucro do Exercício		-	-	-	19.960	19.960
Constituição de Reserva Legal	18c	-	-	227	(227)	-
Distribuição de dividendos	18d	-	-	-	(4.307)	(4.307)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		<b>134.398</b>	<b>494</b>	<b>227</b>	<b>(1.241)</b>	<b>135.119</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019</b>		<b>134.398</b>	<b>458</b>	<b>-</b>	<b>(1.241)</b>	<b>133.615</b>
Plano de Pagamento Baseado em Ações	23	-	36	-	-	36
Lucro do Semestre		-	-	-	5.775	5.775
Constituição de Reserva Legal	18c	-	-	227	(227)	-
Distribuição de dividendos	18d	-	-	-	(4.307)	(4.307)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		<b>134.398</b>	<b>494</b>	<b>227</b>	<b>-</b>	<b>135.119</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais - R\$)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Societade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.098, de 12 de setembro de 1974. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A parte principal das captações é proveniente da matriz no exterior do Grupo Societé Générale - Paris, e, atualmente, vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Societé Générale Brasil S.A. ("instituição líder do Conglomerado"), cujo suporte financeiro será mantido pelo controlador.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Societade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a) CPC 00 (R1)** - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução nº 4.144/12 do CMN; **b) CPC 01** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN; **c) CPC 02** - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução nº 4.424/15 do CMN; **d) CPC 03** - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução nº 3.604/08 do CMN; **e) CPC 04** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução nº 4.534/16 do CMN; **f) CPC 05** - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução nº 3.750/09 do CMN; **g) CPC 10** - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução nº 3.989/11 do CMN; **h) CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução nº 4.007/11 do CMN; **i) CPC 24** - Evento Subsequente - homologado pela Resolução nº 3.973/11 do CMN; **j) CPC 25** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN; **k) CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução nº 4.535/16 do CMN; **l) CPC 33** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15 do CMN; **m) Pronunciamento Conceitual Básico** - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução nº 4.144/12 do CMN. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 20 de março de 2020.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pela Societade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução nº 3.604/08 do CMN. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: **i) Títulos para negociação**; **ii) Títulos disponíveis para venda**; e **iii) Títulos mantidos até o vencimento**. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap" e são assim avaliados: o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observando o seguinte: (1) Para aqueles classificados como "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e (2) Para aqueles classificados como "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber** - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como "Receitas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **e) Rendas de arrendamento** - As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecerão nessa classificação por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Depreciação** - A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de "Despesas da intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil". **g) Valores residuais garantidos** - Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa** - As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de arrendamento a amortizar** - Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de "Bens arrendados". **ii) Superficiência ou insuficiência de depreciação** - Na apuração do resultado do diário é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superficiência de depreciação, se positiva. A superficiência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil" e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **iii) Intangível** - Correspondem aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da Societade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo CPC 1, referendado pela Resolução nº 3.566/08 do CMN. **iv) Obrigações por empréstimos** - São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **v) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. **vi) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais

são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do CPC ou qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 54/09, sendo: **i) Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticidade certa e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas. **ii) Provisões** - são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **iii) Passivos contingentes** - de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois não considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevante. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; **iv) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis; **v) Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **o) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 ao semestre. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **p) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** - Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda em seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perdem valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. **q) Partes relacionadas** - As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 do CMN, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico 5, do CPC, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **r) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **s) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **t) Resultado por ação** - A divulgação do lucro líquido por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações. **u) Plano de pagamento baseado em ações** - O plano de pagamento baseado em ações, está classificado como instrumento patrimonial, detalhado na nota explicativa 23, calculada com base no valor da ação do Grupo SG Global, atualizado pelo EUR na data do fechamento, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contrapartida da conta de "reserva de capital" no patrimônio líquido.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS** - O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pela Instituição líder do Conglomerado. O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Societé Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios. A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à Alta Administração. **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos de risco de crédito, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado:** A área de Risco de Mercado da Instituição líder do Conglomerado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo Societé Générale Brasil com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Grupo Societé Générale Brasil, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional:** A gestão de risco operacional do Conglomerado Societé Générale Brasil é feita de forma contínua e integrada quanto a governança, relatórios de monitoramento, treinamento e comunicação para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Societé Générale na França, com as exigências da Basileia II, com a Resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil e com a Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Societé Générale Brasil. A estrutura, prevista acima, deve também estar capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado Societé Générale Brasil. A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna. Conforme a Resolução CMN nº 4.557/17 e 3.380/06, a Instituição líder do Conglomerado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II; essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivos; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular no 3.678/13, alterada pela Circular nº 3.716/14, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Informações aos Investidores e não fazem parte das demonstrações financeiras.

**5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL** - O Conglomerado do Grupo Societé Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamentos de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoramento de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: i. Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a Societade e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; iii. Simu-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019						
(Em milhares de reais - R\$) - Exceto o lucro por ações						
	Nota explicativa	2º SEMESTRE		EXERCÍCIO		
		2019	2018	2019	2018	
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>174.296</b>	<b>356.905</b>	<b>468.609</b>		
Receita de Operações de Arrendamento Mercantil	10	171.321	352.401	455.227		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7b e 19a	1.786	3.425	4.335		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8c	1.189	1.079	9.047		
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(151.728)</b>	<b>(308.827)</b>	<b>(426.408)</b>		
Despesas de Captações no Mercado	15b	(9.446)	(22.278)	(42.295)		
Operações de Operações de Arrendamento Mercantil	10	(140.601)	(288.793)	(353.623)		
Operações de Empréstimos e Repasses	16c	(4.604)	(6.348)	(21.822)		
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	11	2.923	8.590	(8.666)		
Provisão para Outros Créditos - Sem Característica de Crédito	11	-	2	(2)		
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>22.568</b>	<b>48.078</b>	<b>42.201</b>		
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(14.718)</b>	<b>(24.856)</b>	<b>(26.178)</b>		
Receitas de Prestação de Serviços		-	62	70		
Rendas de Tarifas Bancárias		4	62	62		
Despesas de Pessoal		(5.195)	(11.572)	(13.182)		
Outras Despesas Administrativas	20	(4.077)	(7.553)	(6.838)		
Despesas Tributárias		(5.094)	(10.467)	(12.802)		
Outras Receitas Operacionais	21	1.108	7.857	10.414		
Outras Despesas Operacionais	22	(1.				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais - R\$)**

**d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores**

	2019	2018
Principal devedor.....	96.320	145.005
10 seguintes maiores devedores.....	192.992	313.978
20 seguintes maiores devedores.....	49.289	82.920
50 seguintes maiores devedores.....	35.351	50.627
100 seguintes maiores devedores.....	7.913	10.298
Total.....	<u>381.865</u>	<u>602.828</u>

**ARRENDAMENTO OPERACIONAL - a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento operacional**

	2019	2018
Arrendamentos a receber - setor privado.....	8.270	484
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(8.270)	(484)
Total.....	-	-
Imobilizado de arrendamento operacional líquido de depreciação.....	<u>12.391</u>	<u>2.992</u>

**b) Composição do arrendamento operacional por vencimento**

Prazo	Valor	%	Valor	%
A vencer até 3 meses.....	1.262	15,3%	484	100,0%
A vencer de 3 a 12 meses.....	3.250	39,3%	-	-
A vencer de 1 a 3 anos.....	3.758	45,4%	-	-
Total.....	8.270	100,0%	484	100,0%

**c) Composição do arrendamento operacional por atividade**

	2019		2018	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor privado.....	8.270	100,0%	484	100,0%
Outros serviços.....	8.270	100,0%	484	100,0%
Total.....	8.270	100,0%	484	100,0%

**RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

	2º semestre 2019	2019	2018
Receita de arrendamento – recursos internos.....	157.918	319.563	375.243
Receita de arrendamento – recursos externos.....	9.678	19.008	17.850
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação.....	(43.886)	(58.424)	16.041
Despesa de depreciação de bens arrendados.....	(77.537)	(188.771)	(267.140)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento.....	(15.453)	(27.768)	(40.390)
Total.....	<u>30.720</u>	<u>63.608</u>	<u>101.604</u>

**11. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA** - O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	Percentual de Provisão	2019				2018			
		Curso Normal	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Total da Carteira	Provisão		
AA.....	-	52.972	32	53.004	-	58.961	-	-	
A.....	0,5%	235.095	32	235.095	1.175	372.019	173	572.192	
B.....	1,0%	75.354	33	75.387	754	127.143	1.141	128.284	
C.....	3,0%	10.155	173	10.688	321	7.604	160	7.764	
D.....	10,0%	-	-	-	5.420	8	5.428	543	
E.....	30,0%	71	31	102	31	5.148	136	5.284	
F.....	50,0%	4.088	-	4.088	2.044	4.576	239	4.815	
G.....	70,0%	186	1.985	2.171	1.520	3.090	301	3.391	
H.....	100,0%	7.730	1.870	9.600	9.600	17.087	106	17.193	
Total.....		<u>386.011</u>	<u>4.124</u>	<u>390.135</u>	<u>15.445</u>	<u>601.048</u>	<u>2.264</u>	<u>603.312</u>	

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º semestre 2019	2019	2018
Saldo Inicial.....	18.368	27.479	24.635
Constituição / (Reversão).....	(2.923)	(8.590)	8.666
Créditos baixados para prejuízo.....	-	(3.444)	(5.822)
Saldo final.....	<u>15.445</u>	<u>15.445</u>	<u>27.479</u>

**12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES - a) Outros créditos – diversos**

	2019	2018
Impostos a compensar.....	28.405	26.468
Adiantamento e antecipações salariais.....	4	42
Devedores diversos no país.....	289	17
Devedores por compras de valores e bens.....	-	240
Outros.....	16	18
Total.....	<u>28.714</u>	<u>26.785</u>
Curto prazo.....	12.289	10.679
Longo prazo.....	16.425	16.106

**b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias**

	2019	2018
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (nota 14c).....	27.570	42.742
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro.....	13.234	6.606
Impostos e contribuições a recolher.....	2.321	2.201
Total.....	<u>43.125</u>	<u>51.549</u>
Curto prazo.....	28.529	30.918
Longo prazo.....	14.596	20.631

**c) Outras obrigações - diversas**

	2019	2018
Credores por antecipação de valor residual (nota 10a).....	30.328	33.890
Fundo de reserva de financiamento.....	40.561	28.834
Dividendos a pagar.....	4.307	-
Despesas de pessoal.....	4.079	3.707
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento.....	531	1.801
Valores a pagar a sociedade ligada (nota 19 a).....	63	61
Credores diversos – fianças.....	33	45
Contingências.....	54	1.433
Outras.....	977	2.048
Total.....	<u>80.933</u>	<u>71.819</u>
Curto prazo.....	17.102	34.061
Longo prazo.....	63.831	37.758

**13. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO - a) Bens arrendados – Arrendamento financeiro**

	Taxa anual de Depreciação (%)	2019		2018	
		Valor	2018	Valor	2018
Máquinas e equipamentos.....	14,29%	524.986	614.458		
Equipamentos de informática.....	28,57%	233.432	426.088		
Veículos e afins.....	28,57%	10.152	10.342		
Aeronaves.....	28,57%	47.337	55.614		
Superveniência de depreciação (nota 10a).....	-	110.279	170.967		
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (notas 3i e 10a).....	-	30.808	37.536		
Depreciação acumulada.....	-	(546.654)	(670.228)		
Total.....	-	<u>410.340</u>	<u>634.721</u>		

**b) Bens arrendados – Arrendamento operacional**

	Taxa anual de Depreciação (%)	2019		2018	
		Valor	2018	Valor	2018
Máquinas e equipamentos.....	28,57%	12.920	10.056		
Depreciação acumulada.....	-	(529)	(7.063)		
Total.....	-	<u>12.391</u>	<u>2.993</u>		

**c) Total de bens arrendados**

	Taxa anual de Depreciação (%)	2019		2018	
		Valor	2018	Valor	2018
Máquinas e equipamentos.....	14,29%	537.906	614.458		
Equipamentos de informática.....	28,57%	233.432	426.088		
Veículos e afins.....	28,57%	10.152	10.342		
Aeronaves.....	28,57%	47.337	55.614		
Superveniência de depreciação (nota 10a).....	-	110.279	170.967		
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 3).....	-	30.808	37.536		
Depreciação acumulada.....	-	(547.183)	(677.291)		
Total.....	-	<u>422.731</u>	<u>637.714</u>		

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do IRPJ e da CSLL.....	21.387	17.257	21.387	17.257
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	20%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL.....	(5.347)	(4.314)	(3.208)	(3.451)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes.....	-	-	-	-
Incentivos fiscais.....	(10)	-	(6)	-
Outros.....	(241)	(127)	(145)	(101)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias (1).....	69	726	41	581
Resultado com marcação a mercado.....	2.148	(2.167)	1.289	(1.734)
Provisão para devedores duvidosos.....	345	(21)	207	(16)
Outras diferenças temporárias.....	492	(307)	295	(281)
Superveniência.....	(14.607)	4.010	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(17.151)	(2.200)	(1.527)	(5.002)
Compensação de prejuízo fiscal.....	5.145	719	-	-
Imposto de renda – alíquota adicional.....	24	(162)	-	-
Deduções PAT / Incentivos fiscais.....	274	40	-	-
Baixa por não utilização de crédito tributário.....	-	(1)	-	(39)
Ajuste de exercício anterior.....	(2.363)	1.301	(1.001)	588
Total de IRPJ e CSLL corrente.....	(14.071)	(303)	(2.528)	(4.453)
Imposto diferido sobre superveniência.....	15.172	(3.718)	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL.....	<u>1.101</u>	<u>(4.021)</u>	<u>(2.528)</u>	<u>(4.453)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R\$ 63.591 (R\$ 80.420 em 2018) e diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis de R\$ 65.855 (R\$ 43.824 em 2018), sobre as quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R\$ 32.361 (R\$ 31.061 em 2018) e contribuição social (15%) no montante de R\$ 19.416 (20% - R\$ 24.848 em 2018), que serão contabilizados quando atendidas todas as condições da Resolução nº 3.059/02 do CMN.

**b) Constituição do imposto de renda diferido**

	2019	2018
Superveniência de depreciação (nota 10a).....	110.279	170.967
Alíquota de imposto de renda.....	25%	25%
Constituição sobre diferenças temporárias.....	27.570	42.742

**c) Movimentação do imposto de renda diferido**

	2º semestre 2019	2019	2018
Saldo inicial.....	38.541	42.742	39.024
Adições / (Reversões).....	(10.971)	(15.172)	3.718
Saldo final (nota 12b).....	<u>27.570</u>	<u>27.570</u>	<u>42.742</u>

**15. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS - a) O saldo de depósitos interfinanceiros refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto ao Banco Société Générale Brasil S.A.**

	2019	2018
Depósito interfinanceiro - ligada (nota 19a).....	182.883	311.117
Total.....	<u>182.883</u>	<u>311.117</u>
Curto prazo.....	122.383	161.056
Longo prazo.....	60.500	150.061

**b) Despesa com depósito interfinanceiro**

	2º semestre 2019	2019	2018
Depósito interfinanceiro - ligada (nota 19a).....	(9.446)	(22.278)	(42.295)
Total.....	<u>(9.446)</u>	<u>(22.278)</u>	<u>(42.295)</u>

**16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - a) Captações no País - Resolução nº 2.921** - Em 23 fevereiro de 2017, a Sociedade captou empréstimo junto ao Banco Safra vinculado nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Tecban - Tecnologia Bancária, no montante de R\$ 33.203, com juros de 3,20% a.a. e com taxa de 100% do CDI, com vencimentos entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. Em 15 de dezembro de 2017 parte das operações foram liquidadas antecipadamente.

	2019	2018
Empréstimos no país – não ligadas.....	3.126	5.240
Total.....	<u>3.126</u>	<u>5.240</u>
Curto prazo.....	1.099	2.112
Longo prazo.....	2.027	3.128

**b) Captações no Exterior** - A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos. Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

	2019	2018
Obrigações por empréstimos no exterior – ligadas (nota 19a).....	42.940	76.715
Obrigações por empréstimos no exterior – não ligadas.....	40.090	53.603
Total.....	<u>83.030</u>	<u>130.318</u>
Curto prazo.....	35.620	26.077
Longo prazo.....	47.410	104.241

**c) Resultado com operações de empréstimos e repasses**

	2º semestre 2019	2019	2018
Juros - não ligadas.....	(1.245)	(2.816)	(4.304)
Outros – não ligadas.....	(292)	(553)	-
Juros - ligadas.....	(640)	(1.475)	(2.622)
Variação cambial - ligadas.....	(2.441)	(1.533)	(14.673)
Outros – ligadas.....	14	29	(223)
Total.....	<u>(4.604)</u>	<u>(6.348)</u>	<u>(21.822)</u>
Total – não ligadas.....	(1.537)	(3.369)	(4.304)
Total – ligadas (nota 19a).....	(3.067)	(2.979)	(17.518)

**17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS** - Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2019 foi registrado o montante de R\$ 5.235 (R\$ 10.084 em 2018).

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 134.398 (R\$ 134.398 em 2018), representado por 4.897.002 ações (4.897.002 em 2018), sendo 2.448.501 ações ordinárias (2.448.501 em 2018) e 2.448.501 ações preferenciais (2.448.501 em 2018), sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital. **b) Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social realizado ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi destinado o montante de R\$ 227 a título de reserva legal. **c) Reservas Estatutárias** - A Sociedade não destinou parte do resultado do exercício para reservas estatutárias. **d) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi provisionado dividendos a pagar no montante de R\$ 4.307 que serão pagos no primeiro semestre de 2020.

**19. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS - a) As transações com partes relacionadas decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
<b>Banco Société Générale Brasil S.A.</b>				
Disponibilidades.....	17	16	-	-
Aplicações interfinanceiras (notas 7a e 7b).....	88.575	55.443	3.425	4.335
Outras obrigações diversas (nota 12c).....	(63)	(61)	-	-
Depósitos interfinanceiros (notas 15a e 15b).....	(182.883)	(311.117)	(22.278)	(42.295)
Instrumentos financeiros derivativos (nota 8d).....	(4.474)	(202)	1.079	(9.047)
Out				